

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

LETÍCIA BARBOSA DIAS

**ANÁLISE DE INQUÉRITOS POLICIAIS DE MULHERES QUE SOFRERAM
VIOLÊNCIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

Uruguiana

2022

LETÍCIA BARBOSA DIAS

**ANÁLISE DE INQUÉRITOS POLICIAIS DE MULHERES QUE SOFRERAM
VIOLÊNCIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso do curso de
Enfermagem da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para obtenção
do Título Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Lisie Alende Prates

Coorientadora: Kelly Dayane Stochero Velozo

**Uruguaiana
2022**

LETÍCIA BARBOSA DIAS

**ANÁLISE DE INQUÉRITOS POLICIAIS DE MULHERES QUE SOFRERAM
VIOLÊNCIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Enfermagem da Universidade Federal
do Pampa, como pré-requisito para obtenção do
Título de Bacharel em Enfermagem.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado em 27 de janeiro de 2022.

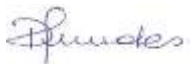
Banca examinadora:



Profa. Dra. Lisie Alende Prates
Orientadora



Profa. Dra. Kelly Dayane Stochero Velozo
Coorientadora



Profa. Dra. Jussara Mendes Lipinski
Membro da Banca



Profa. Dra. Ana Paula de Lima Escobal
Membro da Banca

**Uruguaiana
2022**

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso aos meus pais e irmãos que estiveram comigo nesse percurso acadêmico, me guardando em oração e amor. Minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por me permitir viver esta graduação e por todo alento dado a minha alma nos dias de angústias. Toda honra e toda glória seja dada ao nome dEle.

Aos meus pais, Jair e Cristina, por me amarem incondicionalmente e sacrificarem tanto por mim. Pelas noites de oração, pelo amor doado em cada momento e por serem quem são. Pelo exemplo de honestidade, fé, carinho, respeito e amor.

Aos meus irmãos que foram meus melhores amigos nesta caminhada, por todo o companheirismo, paciência, cuidado e carinho.

Aos amigos que agregaram nessa jornada e fizeram ela ser mais leve.

A minha orientadora Lisie Alende Prates por todo incentivo, encorajamento, dedicação, paciência e amor entregues nesta caminhada acadêmica. Suas palavras foram o combustível para que eu chegasse até aqui.

A minha coorientadora Kelly Dayane Stochero Velozo pelas correções, ensinamentos e dedicação que guiaram meu aprendizado.

A toda equipe da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher que permitiu a realização da pesquisa e não negou esforços para a realização deste trabalho.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

D541a Dias, Letícia Barbosa

Análise de inquéritos policiais de mulheres que sofreram violência durante a pandemia da COVID-19 / Letícia Barbosa Dias.

31 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa,
DOUTORADO EM CIÊNCIA ANIMAL, 2022.

"Orientação: Lisie Alende Prates".

1. Saúde da Mulher. 2. Mulheres. 3. Violência. 4. Violência contra a mulher. 5. COVID-19. I. Título.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso pretende identificar o perfil das mulheres vítimas de violência contra a mulher, causada por parceiro íntimo, no município de Uruguaiana/RS, durante a pandemia da COVID-19. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo quantitativo, transversal, descritivo e retrospectivo, realizado a partir da análise de 289 inquéritos policiais disponíveis na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher da cidade de Uruguaiana- Rio Grande do Sul. Frente aos dados evidenciados na pesquisa, é possível revelar que o perfil das mulheres vítimas de violência coaduna-se, quase em sua totalidade, com os achados da literatura nacional, mulheres jovens, autodeclaradas brancas, solteiras, com ensino fundamental, e que possuíam filhos com o agressor predominaram nas características da vitimização. As divergências foram encontradas em relação à raça, dependência financeira e antecedentes criminais dos agressores. Reconhecer esse perfil pode incitar a criação e implantação de ações de enfrentamento à violência contra a mulher de maneira assertiva, priorizando as características identificadas. Diante disso, depreende-se que a presente pesquisa possa ser um guia para a criação de novas estratégias de combate à violência contra a mulher.

Palavras-chaves: Saúde da mulher. Mulheres. Violência. Violência contra a mulher. COVID-19.

ABSTRACT

This Course Completion Work aims to identify the profile of women victims of violence against women, caused by an intimate partner, in the city of Uruguaiana/RS, during the COVID-19 pandemic. From the methodological point of view, this is a quantitative, cross-sectional, descriptive and retrospective study, carried out from the analysis of 289 police inquiries available at the Police Station Specialized in Assistance to Women in the city of Uruguaiana- Rio Grande do Sul. evidenced in the research, it is possible to reveal that the profile of women victims of violence is in line, almost entirely, with the findings of the national literature, young women, self-declared white, single, with elementary education, and who had children with the aggressor. predominated in the characteristics of victimization. Differences were found in relation to the aggressors' race, financial dependence and criminal history. Recognizing this profile can encourage the creation and implementation of actions to combat violence against women in an assertive way, prioritizing the identified characteristics. Therefore, it appears that the present research can be a guide for the creation of new strategies to combat violence against women.

Keywords: Women's Health. Women. Violence. Violence Against Women. COVID-19.

SUMÁRIO

RESUMO	10
INTRODUÇÃO	12
MÉTODO	14
RESULTADOS	15
DISCUSSÃO	23
CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS	30

**ANÁLISE DE INQUÉRITOS POLICIAIS DE MULHERES QUE SOFRERAM
VIOLÊNCIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19¹
ANALYSIS OF POLICE INQUIRIES OF WOMEN WHO SUFFERED VIOLENCE
DURING THE COVID-19 PANDEMIC
ANÁLISIS DE INVESTIGACIONES POLICIALES A MUJERES QUE SUFIERON
VIOLENCIA DURANTE LA PANDEMIA DEL COVID-19**

RESUMO

Objetivo: identificar o perfil de mulheres que sofreram violência, causada por parceiro íntimo, no município de Uruguaiana/RS, durante a pandemia da COVID-19. **Método:** pesquisa transversal, quantitativa, descritiva e retrospectiva de 289 inquéritos policiais registrados no período de 01/04/2020 à 31/03/2021, em Uruguaiana/RS, com análise estatística descritiva.

Resultados: o perfil incluiu mulheres com média de idade de 33 anos. A maioria era branca (60,21%), solteira (76,82%), possuía ensino fundamental (50,17%), tinha filhos com o agressor (56,40%) e não dependia financeiramente dele (66,44%). Anteriormente à realização do registro, houve aumento da perseguição (76,12%) e ameaças (66,78%), solicitação de medida protetiva ou boletins de ocorrência (41,18%), separação ou tentativas (66,44%). **Conclusão:** o perfil evidenciado coaduna-se com os achados da literatura nacional, divergindo nas variáveis raça, dependência financeira dos agressores e antecedentes criminais.

Palavras-chave: Mulheres. Violência contra a mulher. Violência por Parceiro Íntimo. Violência doméstica. Covid-19.

¹Esse artigo será submetido na Revista Gaúcha de Enfermagem.

ABSTRACT

Objective: to identify the profile of women who suffered violence, caused by an intimate partner, in the city of Uruguaiana/RS, during the COVID-19 pandemic. **Method:** cross-sectional, quantitative, descriptive and retrospective research of 289 police inquiries recorded from 04/01/2020 to 03/31/2021, in Uruguaiana/RS, with descriptive statistical analysis. **Results:** the profile included women with a mean age of 33 years. Most were white (60.21%), single (76.82%), had elementary education (50.17%), had children with the aggressor (56.40%) and were not financially dependent on him (66.44%). Prior to the registration, there was an increase in persecution (76.12%) and threats (66.78%), requests for protective measures or police reports (41.18%), separation or attempts (66.44%). **Conclusion:** the profile evidenced is consistent with the findings of the national literature, differing in the variables race, financial dependence of the aggressors and criminal records.

Keywords: Women. Violence Against Women. Intimate Partner Violence. Domestic Violence. Covid-19.

RESUMEN

Objetivo: identificar el perfil de mujeres que sufrieron violencia, causada por un compañero íntimo, en la ciudad de Uruguayana/RS, durante la pandemia de COVID-19. **Método:** investigación transversal, cuantitativa, descriptiva y retrospectiva de 289 investigaciones policiales registradas del 01/04/2020 al 31/03/2021, en Uruguaiana/RS, con análisis estadístico descriptivo. **Resultados:** el perfil incluyó mujeres con una edad media de 33 años. La mayoría eran de raza blanca (60,21%), solteras (76,82%), tenían instrucción básica (50,17%), tenían hijos con el agresor (56,40%) y no dependían económicamente de él (66,44%). Previo al registro, hubo un aumento de persecución (76,12%) y amenazas (66,78%), solicitudes de medidas de protección o denuncias policiales (41,18%), separación o intentos (66,44%).

Conclusión: el perfil evidenciado es consistente con los hallazgos de la literatura nacional, diferenciándose en las variables raza, dependencia económica de los agresores y antecedentes penales.

Palabras clave: Mujeres. Violencia contra la Mujer. Violencia de Pareja. Violencia Doméstica. Covid-19.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher (VCM) é um fenômeno complexo que perpassa gerações, culturas e classes sociais. Ela é definida pela subjugação da mulher ao homem devido à cultura patriarcal, o que demonstra que, embora existam esforços para alcançar a diminuição dos índices alarmantes de agressões contra as mulheres, ainda se faz necessário uma mudança na perspectiva individual e coletiva juntamente com a criação de políticas públicas e articulação de vários setores da sociedade para que as ações no combate à violência sejam efetivas⁽¹⁾.

No Brasil, a prevalência de VCM continua aumentando progressivamente ao longo dos anos⁽²⁻⁴⁾. Os dados dos Indicadores da Violência, da Secretaria de Segurança Pública, apontam que, no estado do Rio Grande do Sul (RS), do mês de janeiro a novembro de 2021, foram identificados 29.153 casos de VCM, sendo 16.024 lesões corporais, 1.906 estupros, 90 feminicídios consumados e 233 tentativas de feminicídio⁽⁵⁾.

A pandemia da COVID-19 agravou esse contexto, pois a propagação descontrolada do vírus em todo o mundo, demandou a necessidade de isolamento social e quarentena para prevenir o contágio. Contudo, a tensão relacionada ao futuro, o medo de adoecer pela doença, associada à instabilidade financeira e o convívio diário com o agressor, tornaram mulheres e crianças ainda mais susceptíveis à violência⁽⁶⁾.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, nos meses de março e abril de 2020, houve crescimento de 22,2% nos casos de feminicídio no país, quando comparado ao

ano anterior⁽⁷⁾. Ainda, observou-se crescimento de 27% das denúncias anônimas pela Central de Atendimento à Mulher- Ligue 180 relacionadas à VCM, e queda de 28,2% nos registros de estupro e estupro de vulnerável, o que pode significar que as vítimas estavam em contato direto com seus agressores e não conseguiram denunciar, e o isolamento pode ter aumentado a vulnerabilidade e a violência de repetição⁽⁷⁾.

Ao passo que as denúncias por telefone aumentaram, os registros nas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher diminuíram⁽⁷⁾. A partir disso, foi necessário que os serviços de atendimento e acolhimento às mulheres se adaptassem a essa nova realidade⁽⁸⁾. Uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos afirmou ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, e cinco em cada 10 brasileiros relataram ter visto uma mulher sofrer algum tipo de violência no seu bairro ou comunidade ao longo dos últimos 12 meses⁽³⁾. A cada um minuto, oito mulheres sofreram algum tipo de agressão no Brasil durante a pandemia, sendo a violência verbal mais referida, seguida da violência física e sexual⁽³⁾.

Nessa conjuntura, a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde também lista a VCM como tema necessário nas pesquisas na área da saúde da mulher⁽⁹⁾. Além disso, esse objeto de investigação coaduna-se com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecidos em 2000, pela Organização das Nações Unidas (ONU) em conjunto com 191 países, incluindo o Brasil. Dentre esses objetivos, reconheceu-se a vulnerabilidade e a exposição à VCM como determinantes para o aumento da mortalidade feminina⁽¹⁰⁾. Portanto, entende-se a necessidade de estudos sobre a temática, que possam contribuir para a redução dos casos de feminicídio no Brasil.

A partir disso, a questão que orientou essa pesquisa foi: qual é o perfil de mulheres vítimas de violência, causada por parceiro íntimo, no município de Uruguaiana, RS, durante a pandemia da COVID-19? O objetivo do estudo foi identificar o perfil de mulheres vítimas de

violência, causada por parceiro íntimo, no município de Uruguaiana/RS, durante a pandemia da COVID-19.

MÉTODO

Pesquisa quantitativa, transversal, descritiva e retrospectiva⁽¹¹⁾, realizada nos inquéritos policiais disponíveis na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), no município de Uruguaiana/RS. Seu território encontra-se localizado na Fronteira Oeste do estado, distante dos grandes centros urbanos, com uma população de 126.866 mil habitantes, segundo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do ano de 2020.

Os critérios de inclusão foram inquéritos policiais sobre VCM, causada por parceiro íntimo, que continham o Formulário Nacional de Avaliação de Risco Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, com recorte temporal entre 01/04/2020 a 31/03/2021. Os critérios de exclusão foram os inquéritos que não apresentavam o formulário e/ou apresentavam preenchimento incompleto das variáveis pré-estipuladas para análise no presente estudo. Para este feito, as pesquisadoras avaliaram individualmente 734 inquéritos que estavam finalizados e foram disponibilizados pelos profissionais da DEAM, destes 289 foram incluídos no estudo.

As variáveis pré-estipuladas foram: fato do registro; data, local e hora; idade, estado civil, raça, grau de instrução; solicitação de medidas protetivas de urgência, violência doméstica e familiar contra a mulher; dependência financeira do agressor; desejo ou tentativa de separação; situação de moradia da vítima; se possuía filhos com o agressor; se fazia uso de álcool ou drogas e se possuía antecedentes criminais por VCM. Também foram coletadas variáveis sobre o histórico de violência quanto aos tipos e frequências das agressões.

Todos os inquéritos estavam disponíveis no formato físico. As variáveis foram coletadas nos inquéritos por quatro colaboradoras da pesquisa, as quais foram treinadas e estavam familiarizadas com o objeto de investigação. As coletas ocorreram em uma sala dentro

da DEAM, nos meses de maio a setembro de 2021, utilizando um instrumento desenvolvido pelas pesquisadoras. Na sequência, foram digitalizadas e organizadas em um banco de dados desenvolvido em planilha do *Microsoft Excel*, de acesso exclusivo das pesquisadoras. Ocorreu a dupla digitalização dos dados e a comparação entre eles, a fim de minimizar possíveis erros de digitação antes da análise final dos dados. Os dados foram analisados por estatística descritiva e foram apresentados como média, número absoluto e porcentagem.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Pampa, no dia 23 de fevereiro de 2021, com CAAE 42566920.8.0000.5323 e número do parecer 4.551.775. As pesquisadoras obtiveram a dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, pois a coleta nos inquéritos ocorreu no ano de 2021, de forma retrospectiva, considerando os dados do ano de 2020 e 2021, após a denúncia da mulher. Desse modo, não houve contato direto com as mulheres e, considerando o objeto de investigação (VCM) e o fato de que, mesmo após a denúncia, algumas mulheres retornarem para o convívio com o agressor, ponderou-se que buscá-las para solicitar autorização para acesso ao inquérito policial poderia gerar conflito no relacionamento e uma nova situação de violência.

RESULTADOS

Mediante a análise estatística descritiva dos 289 inquéritos policiais, foi possível identificar o perfil de mulheres vítimas de violência, causada por parceiro íntimo, no município de Uruguaiana/RS, durante a pandemia da COVID-19. Dentre as variáveis coletadas, foi analisado o perfil das mulheres, os acontecimentos anteriores à realização do boletim de ocorrência, a caracterização dos registros policiais, das violências sofridas e das variáveis relacionadas ao agressor.

No que concerne ao perfil das mulheres que sofreram situações de violência, 60,21% (n=174) se autodeclararam brancas, 50,17% (n=145) apresentavam ensino fundamental completo, 76,82% (n=222) eram solteiras e apresentavam em média 33 anos de idade. Verificou-se que 56,40% (n=163) tinham filhos com o agressor; 58,82% (n=170) possuíam moradia própria e outras residiam em moradias cedidas por familiares 45,45% (n=20). A maioria não dependia financeiramente do agressor 66,44% (n=192), conforme demonstrado na tabela 1.

Tabela 1. Caracterização do perfil das mulheres que formalizaram os registros policiais (n=189), Uruguaiana/RS, 2020 a 2021.

Caracterização sobre o perfil das mulheres	N	%
Etnia		
Branca	174	60,21%
Preta/Parda	104	35,99%
Indígena	2	0,69%
Amarela	2	0,69%
Não informado no inquérito	7	2,42%
Grau de instrução		
Ensino Fundamental	145	50,17%
Ensino Médio	121	41,87%
Ensino Superior	18	6,23%
Sem instrução	2	0,69%
Ensino Superior incompleto	2	0,69%
Semi-alfabetizada	1	0,35%
Estado civil		
Solteira	222	76,82%
Casada	39	13,49%
Divorciada	13	4,50%

Não informado no inquérito	12	4,15%
Viúva	2	0,69%
Amigada	1	0,35%
Filhos		
Filhos com o agressor	163	56,40%
Não tinham filhos	57	19,72%
Filhos de outro relacionamento	47	16,26%
Filhos com o agressor e de outro relacionamento	21	7,27%
Filhos com o agressor e estava grávida no momento da denúncia	1	0,35%
Moradia		
Própria	170	58,82%
Alugada	62	21,46%
Cedida	44	15,22%
Não informado no inquérito	12	4,15%
Situação de rua	1	0,35%
Dependência financeira no agressor		
Não depende	192	66,44%
Dependente	88	30,45%
Não informado no inquérito	9	3,11%

Referente aos acontecimentos anteriores à concretização do registro policial, percebeu-se que as perseguições se tornaram mais frequentes em 76,12% (n=220) dos casos e a maioria das mulheres havia solicitado medida protetiva de urgência e emergência ou realizado anteriormente o boletim de ocorrência contra o agressor em 41,18% (n=119). Ainda nesse sentido, as ameaças apresentaram crescimento em 66,78% (n=193) nos últimos 12 meses e as

mulheres vinham tentando separar-se do algoz em 66,84% (n=192) dos registros, conforme apontamentos da Tabela 2.

Tabela 2. Acontecimentos anteriores a realização do registro policial, segundo dados dos inquéritos policiais. (n=189), Uruguaiana/RS, 2020 a 2021.

Acontecimentos anteriores ao registro policial	N	%
Aumento da perseguição nos últimos 12 meses		
Sim	220	76,12%
Não	58	20,07%
Não soube informar	11	3,81%
Solicitação de medida protetiva e/ou registro contra o agressor anteriormente		
Não	168	58,13%
Sim	119	41,18%
Não informado no inquérito	2	0,69%
Aumento das ameaças nos últimos 12 meses		
Sim	193	66,78%
Não	65	22,49%
Não soube informar	31	10,73%
Separação ou tentativa de separação recentemente		
Sim	192	66,44%
Não	97	33,56%

Foram qualificados 17 tipos de crimes instaurados nos inquéritos incluídos na pesquisa, sendo o crime de ameaça o mais prevalente em 31,49% (n=91). O turno mais procurado pelas vítimas para realização das denúncias foi o período da noite, em 55,90% (n=150), com destaque

para o horário das 20 horas às 21:59 minutos, prevalecendo em 25,83% (n=39) dos boletins de ocorrência. Quanto aos meses do ano, janeiro de 2021 foi apontado como o mês influente no quantitativo de registros com 15,58% (n=45), conforme dados revelados na tabela 3.

Tabela 3. Caracterização dos registros policiais (n=189), Uruguaiana/RS, 2020 a 2021.

Caracterização dos inquéritos policiais (n=289)	N	%
Fato do registro*		
Ameaça	93	32,19%
Lesão corporal	70	24,23%
Vias de fato	55	19,03%
Perturbação da tranquilidade	41	14,19%
Descumprimento de medida protetiva de urgência e emergência	9	3,12%
Injúria	6	2,08%
Danos	5	1,73%
Violação de domicílio	5	1,73%
Estupro	2	0,69%
Tentativa de feminicídio	2	0,69%
Cárcere privado	2	0,69%
Feminicídio	1	0,35%
Sequestro	1	0,35%
Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido	1	0,35%
Furto de telefone celular	1	0,35%
Denúncia caluniosa	1	0,35%
Cumprimento de mandado judicial	1	0,35%
Turno da ocorrência		

Noite	150	51,90%
Tarde	87	30,10%
Manhã	50	17,30%
Não informado no inquérito	1	0,35%
Tarde e noite	1	0,35%
Meses		
Janeiro de 2021	45	15,58%
Outubro de 2020	31	10,73%
Fevereiro de 2021	29	10,03%
Março de 2021	29	10,03%
Agosto de 2020	28	9,69%
Setembro de 2020	27	9,34%
Novembro de 2020	27	9,34%
Julho de 2020	24	8,30%
Dezembro de 2020	18	6,23%
Junho de 2020	15	5,19%
Maio de 2020	10	3,46%
Abril de 2020	5	1,73%
Não informado no inquérito	1	0,35%

*Havia a possibilidade de responder nos inquéritos mais de uma alternativa no “fato de registro”, por isso o “n” é maior e a porcentagem está acima dos 100%.

No que concerne as violências reveladas pelas declarantes, quanto a violência sexual, maioria das mulheres 78,89% (n=228) informou não ter sido obrigada a manter atos ou relações sexuais contra a sua vontade. Em relação a violência psicológica, ela apresentou-se na forma de ameaças utilizando faca, principalmente, em 20,42% (n=59) dos casos, e de outras formas não especificadas pelas declarantes 53,98% (n=156) e a violência física que mais preponderou na vida das mulheres foi empurrão em 19,23% (n=164). Sobre a procura por atendimento em

saúde, após os episódios de violência, a maioria das mulheres 79,93% (n=231) referiu não procurar pelo atendimento em saúde.

Tabela 4. Caracterização das violências relatadas pelas mulheres (n=189), Uruguaiana/RS, 2020 a 2021.

Caracterização das tipologias de violências	N	%
Violência sexual		
Não	228	78,89%
Sim	49	16,96%
Não informado no inquérito	12	4,15%
Tipos de ameaças		
Nenhuma forma descrita no formulário	156	53,98%
Utilizando somente faca	49	16,96%
Utilizando outra forma não especificada no formulário	29	10,03%
Utilizando duas ou mais formas de ameaça	41	14,19%
Utilizando somente arma de fogo	14	4,84%
Violência física: tipos de agressões*		
Empurrão	164	19,23%
Tapa	135	15,83%
Puxão de cabelo	133	13,25%
Soco	122	14,30%
Chute	103	12,08%
Enforcamento/sufocamento	92	10,79%
Arremesso de objetos contra a mulher	21	2,47%
Lesão com objeto perfurocortante	12	1,41%

Apertos no corpo da mulher	9	1,06%
Queimaduras	2	0,23%
Mordida	2	0,23%
Choque	1	0,12%
Cabeçada	1	0,12%
Atendimento médico		
Não	231	79,93%
Sim	45	15,57%
Não informado no inquérito	13	4,50%

*Havia a possibilidade de responder nos inquéritos mais de uma alternativa, por isso o “n” é maior e a porcentagem está acima dos 100%.

Por fim, em relação às variáveis sobre os agressores, algumas questões como o abuso de substâncias e antecedentes criminais por VCM foram identificadas. Cerca de 29,41% (n=85) dos homens faziam uso abusivo de álcool e a maioria não possuía antecedentes de registros criminais de VCM em 69,20% (n=200) dos casos, conforme dados demonstrados na tabela 5.

Tabela 5. Variáveis relacionados aos agressores, conforme registros nos inquéritos policiais (n=189), Uruguaiana/RS, 2020 a 2021.

Variáveis relacionadas aos agressores	N	%
Abuso de substâncias		
Sim, de álcool	85	29,41%
Não	79	27,34%
Álcool e drogas	64	22,15%
Sim, de drogas	24	8,30%
Não soube informar	23	7,96%
Sim, álcool e medicamentos	6	2,08%
Sim, medicamentos	4	1,38%
Sim, medicamentos e drogas	2	0,69%
Sim álcool, drogas e	2	0,69%

medicamentos		
Antecedentes criminais de VCM		
Sem antecedentes	200	69,20%
Com antecedentes	86	29,76%
Não informado no inquérito	3	1,04%

DISCUSSÃO

O presente estudo evidenciou que a maioria das mulheres que sofreu situações de violência era autodeclarada branca, solteira, com idade média de 33 anos e ensino fundamental completo. Elas possuíam moradia própria, tinham filhos com o agressor e não dependiam financeiramente dele.

Achados semelhantes a estes foram encontrados na literatura, que indica que mulheres jovens, mães e com baixo nível de escolaridade prevalecem no perfil da vitimização^(3,12-,13). Mulheres solteiras ou divorciadas/separadas aparecem em maior quantitativo, o que pode estar atrelado às tentativas de rompimento da relação com o agressor e da transposição do ciclo de violência⁽¹⁴⁾.

Em se tratando da variável racial, observou-se que o perfil identificado no estudo diverge dos dados nacionais, os quais apontam maior prevalência em mulheres afrodescendentes^(3,12-,13). Todavia, é preciso ponderar que o estado do RS foi colonizado, principalmente, por imigrantes europeus, gerando uma população majoritariamente branca, que perdura até os dias atuais⁽¹⁵⁾. Posto isso, tal aspecto pode justificar a prevalência da raça branca sobre a negra, preta e parda.

O racismo estrutural também é um fator que corrobora com o processo de embranquecimento e negação da autodeclaração na raça negra, visto que, ser negro, muitas vezes, é atrelado a um lugar de inferioridade a população branca no Brasil. Logo, muitos negros

negam a sua identidade racial por medo da rejeição da sociedade. Além disso, perdura desde os primórdios até o tempo atual a supervalorização do fenótipo do branco europeu como sinônimo de beleza, benevolência e superioridade⁽¹⁶⁾.

Em relação à moradia, a literatura não indica relação dessa variável com a VCM. Contudo, nesta pesquisa, a maioria das mulheres possuía moradia própria ou encontravam-se em residências cedidas por familiares. A partir disso, pondera-se que a família pode constituir a principal rede de apoio para o transpor do ciclo da violência.

Estudos apontam que a dependência financeira pode representar um fator de risco para a VCM^(2,4). Nesse sentido, após entrevistar 1.116 mulheres, estudo apontou que a dependência financeira foi referida em 29% dos casos como um dos motivos para a não realização da denúncia, uma vez que as mulheres tinham receio de não conseguir prover o sustento da família após o afastamento do agressor⁽²⁾.

Na pesquisa em tela, as mulheres referiram não depender financeiramente do agressor. Considera-se que esse achado pode estar atrelado à inserção expressiva da mulher no mercado de trabalho, desfazendo paradigmas culturais de submissão ao homem e auxiliando-a no seu maior empoderamento⁽¹⁷⁾.

Também constatou-se que, previamente à realização do boletim de ocorrência, houve aumento na tensão do relacionamento, evidenciado pelas perseguições mais frequentes, ameaças, tentativas de separação e boletins de ocorrências registrados. Nessa perspectiva, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública avaliou os tipos de agressões sofridas por mulheres no ano de 2020 e 7,9% das mulheres relataram serem vítimas de amedrontamento ou perseguição nos últimos 12 meses anteriores ao estudo⁽³⁾, dado semelhante ao mencionado nos resultados encontrados na presente pesquisa.

Diante disso, as tentativas de rompimento podem constituir um fator de risco considerável para o aumento das agressões, pois o rompimento pode despertar a ira do algoz.

Com isso, novos episódios de violência podem ocorrer, expondo à mulher a agravos e o próprio feminicídio^(3,14).

Revisão de literatura apontou que, inicialmente, as mulheres buscam o rompimento do ciclo de violência sozinhas ou procuram ajuda de amigos, familiares e instituições religiosas. Porém, na maioria das vezes, não obtêm êxito e recorrem à ajuda profissional especializada. Os profissionais da área de saúde e segurança pública são os mais citados como agentes colaboradores com o fim do ciclo, demonstrando a importância da rede de apoio estar bem capacitada para atender essas mulheres ⁽¹⁸⁾.

Referente aos crimes instaurados nos 289 inquéritos policiais, os resultados revelaram que, dentre os 17 crimes identificados, a ameaça preponderou nos registros. Ainda, constatou-se que o turno da noite e o mês de janeiro de 2021 apresentaram maior quantitativo de denúncias na DEAM.

Estudo sinaliza que, nos primeiros dias de isolamento, o número de boletins de ocorrências por VCM diminuiu 9,4% no estado do RS, quando comparado ao ano de 2019. Contudo, relatos de VCM nas redes sociais aumentaram em 431%. Diante desses achados, sugere-se que as mulheres passaram a conviver mais tempo com os agressores, aumentando a violência de repetição e diminuindo a procura nas delegacias⁽³⁾.

Ainda nesse sentido, no ano de 2020, o crime de ameaça sofreu uma redução de 22,5% nas delegacias do RS, quando comparado ao ano de 2019⁽³⁾. A nível nacional também houve uma queda de 11,8%⁽⁷⁾. Seguindo esta tendência, o delito de lesão corporal também sofreu queda de 7,4% no Brasil e de 9,4% no RS, totalizando 1.744 registros⁽⁷⁾. Vale ressaltar que a diminuição dos registros oficiais pode ocultar os casos subnotificados, que não chegam às autoridades competentes.

Em relação ao turno da ocorrência, a literatura aponta que a noite é o período mais violento para as mulheres, apresentando maior incidência de feminicídios e mortes violentas

intencionais nesse período⁽¹⁹⁾. No presente estudo, constatou-se que o turno da noite foi mais recorrente para a realização do boletim. Contudo, é preciso sinalizar que o horário do registro pode não representar o momento exato da agressão, e sim quando a mulher conseguiu procurar ajuda. Por isso, não é possível afirmar se, nesse turno, houve mais casos ou mais registros.

Diante desses achados, é preciso considerar que as Delegacias de Defesa da Mulher, geralmente, realizam atendimentos apenas no período diurno e durante a semana. Aos finais de semana e à noite, as denúncias são realizadas no plantão da Delegacia Civil. Entretanto, as situações de vulnerabilidade, às quais as mulheres estão expostas, não se restringem apenas ao período diurno (MACHADO et al, 2020).

Por muito tempo e ainda hoje, em várias regiões, as delegacias policiais impedem, diminuem e/ou desqualificam as situações de VCM, reforçando posicionamentos machistas e opressores. Diante disso, as DEAM foram criadas com o intuito de propor um novo modelo de atendimento às mulheres que sofrem situações de violência⁽²⁰⁾.

Esses serviços oferecem espaço preparado e diferenciado para o desenvolvimento de ações de acolhimento às situações de VCM. Portanto, infere-se que há a necessidade de adequação quanto ao horário de funcionamento das DEAM, garantindo atendimento em tempo integral às mulheres.

Em relação aos meses do ano, até o presente momento, não há estudos que investiguem minuciosamente essa variável. No estudo em rela, observou-se que o maior quantitativo de denúncias ocorreu no mês de janeiro de 2021 e isso pode ser justificado pelo contexto vivenciado nesse período, no qual as medidas de distanciamento social estavam sendo flexibilizadas e a população começou a retornar a rotina, possibilitando, assim, que as mulheres buscassem ajuda nos serviços.

No que tange aos tipos de violência, nesse estudo, prevaleceram as agressões físicas, psicológicas e sexuais. Assim, destaca-se que, nos últimos 12 meses, durante a pandemia

COVID-19, uma em cada quatro mulheres sofreu violência, somando 17 milhões de situações de VCM⁽³⁾.

Nesse sentido, é válido pontuar que a violência sexual marital ainda é assunto velado na sociedade. Essa violência ocorre quando os algozes abusam sexualmente de suas companheiras, muitas vezes ancorados pela dominação e submissão enraizadas nos relacionamentos abusivos, como também no pensamento patriarcal de que a mulher deve satisfazer o homem. Assim, a dominação do abusador sobre sua cônjuge faz com que esses abusos não sejam identificados claramente. Entretanto, o estupro marital é mais recorrente do que apontam os dados apresentados nas pesquisa⁽²¹⁾.

Na presente pesquisa, 16,96% das mulheres referiram abusos dentro dos relacionamentos. Contudo, frente ao desconhecimento desse tipo de violência sexual dentro da relação afetiva e a consequente subnotificação desses casos, supõe-se que o quantitativo seja muito maior. Ressalta-se, assim, a importância de orientar as mulheres e a sociedade em geral, a fim de evitar e/ou reduzir as situações de violência perpetradas rotineiramente pelos companheiros agressores e, também, fomentar as denúncias sobre relações abusivas.

As mulheres sinalizaram, principalmente, ameaças utilizando faca e arma de fogo. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁽³⁾, 5,9 milhões de mulheres (8,5%) foram ameaçadas com tapas, empurrões ou chutes e 2,1 milhões (3,1%) com arma branca ou de fogo.

A violência física foi relatada em 797 vezes, visto que cada mulher poderia marcar mais de uma opção referente a sua vivência pessoal. Sendo assim, para proporcionar uma melhor análise dos dados, as agressões foram agrupadas em 13 tipos. Dentre estas, os empurrões, tapas e puxões de cabelo prevaleceram nas denúncias.

Segundo estudo recente, que analisou a vitimização de mulheres durante o primeiro ano da pandemia, 6,3% das entrevistadas revelaram terem sofrido agressões por meio de tapas, empurrões ou chute ⁽³⁾. Logo, observa-se semelhanças entre os achados das pesquisas.

À vista disso, após a agressão, a procura por atendimento médico foi referida por poucas mulheres e esse dado coaduna-se com resultados encontrados na literatura. Segundo a sétima edição da pesquisa “Violência doméstica e familiar contra a mulher”, a procura pela rede de atenção à saúde foi identificada em apenas 26% dos casos⁽²⁾.

Supõe-se que essa situação está associada, muitas vezes, ao longo período de relacionamento abusivo, que culmina em dependência emocional, gerada pelas ameaças. Com isso, a mulher passa a ter receio de não ser amparada pelas políticas públicas vigentes e, após a procura por ajuda não ser protegida, e então torna-se vítima fatal do agressor. Além disso, também observa-se a vergonha por “ser uma mulher que sofreu agressão”. Logo, o receio pelos julgamentos pode fazer com que ela retarda a procura pelo serviço⁽²²⁾.

Ainda foram coletadas variáveis relacionadas ao agressor e que diziam respeito ao uso de substâncias lícitas e ilícitas e aos antecedentes criminais de VCM. Nesse sentido, observou-se o uso abusivo de álcool nos episódios de violência registrados nos inquéritos. Este achado condiz com outros estudos que remetem o abuso de álcool como aspecto desencadeante de violência doméstica⁽²⁾ e fator de risco para a ocorrência de agressões⁽³⁾.

A maioria dos agressores não possuía ficha criminal prévia relacionada a delitos contra as mulheres. Contudo, é importante frisar que, muitas vezes, após um determinado período, as declarantes solicitam retratação da denúncias por diferentes razões, como ameaças ou repressão da família, fazendo com que não sejam encontrados registros anteriores contra os algozes, caso a justiça aceite o pedido e retire a denúncia⁽²³⁾.

Não possuir antecedentes revela que os atos de violência não são restritos somente a homens “propensos” a serem violentos, mas sim, a todos os homens criados na cultura patriarcal e machista, que subjuga o gênero feminino. Essa afirmação condiz com a realidade de 70% dos participantes do grupo reflexivo do projeto “Daqui pra frente”, que não apresentavam ficha criminal de crimes contra as mulheres antes da primeira denúncia⁽²⁴⁾.

CONCLUSÃO

Este estudo buscou apresentar um panorama geral sobre os inquéritos policiais disponíveis na DEAM, traçando o perfil das mulheres que sofreram situações de violência durante a pandemia de COVID-19. Como limitações do estudo, pode-se apontar a análise apenas dos inquéritos finalizados, sugerindo a possibilidade de identificar outros achados.

Outra limitação apresentada, durante o período da coleta de dados, foi a introdução recente do Formulário Nacional de Avaliação de Risco Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Tal situação gerou a exclusão de alguns inquéritos, pois alguns profissionais não estavam habituados em ofertar o formulário para o preenchimento das declarantes. Logo, alguns registros não continham as variáveis analisadas para o estudo preenchidas e, por isso, foram dispensados.

Contudo, considera-se que a pesquisa em tela expõe dados que podem redirecionar o olhar às mulheres em situação de violência. Destaca-se que, até o momento, não existem estudos que relacionem as variáveis analisadas com a Pandemia da COVID-19, no município em que ocorreu a coleta de dados.

O perfil evidenciado nos resultados coaduna-se com os achados evidenciados pela literatura nacional, divergindo nas variáveis ligadas à raça, dependência financeira dos agressores e antecedentes criminais de VCM. O perfil que preponderou na análise dos inquéritos foi composto por mulheres jovens, autodeclaradas brancas, solteiras, com ensino fundamental, que não dependiam financeiramente do agressor e que possuíam filhos com ele.

Pondera-se que reconhecer esse perfil pode incitar a criação e implantação de ações de enfrentamento à VCM de maneira assertiva, priorizando as características identificadas. Diante disso, depreende-se que a presente pesquisa possa ser um guia para a criação de novas estratégias de combate à VCM.

REFERÊNCIAS

- 1- Couto VA, Rocha RLS, Ribeiro LML, Silveira AM. Intersetorialidade e ações de combate à violência contra a mulher. *Rev est fem.* 2018;26(2). doi: 10.1590/1806-9584-2018v26n245859.
- 2- Datasenado. Violência doméstica e familiar contra a mulher. Pesquisa DataSenado: Observatório da Mulher Contra a Violência. 2017; (7):1-82.
- 3- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil. 3 ed. 2021 [citado em 2021 dez 16]. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>.
- 4- Engel CL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A violência contra a mulher [Internet]. Brasil; 2020 [citado 2022 jan 24]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf.
- 5- Secretaria de Saúde Pública. Monitoramento dos indicadores de violência contra as mulheres no RS. SIP/PROCERGS. 2021 [citado em 2021 dez 16]. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>.
- 6- Campos B, Tchalekian B, Paiva V. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/COVID-19 em São Paulo. *Psicol soc.* 2020;32:e020015. doi: 10.1590/1807-0310/2020v32240336.
- 7- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Nota técnica. Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19. 2 ed. 2020 [citado em 2021 dez 16]. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>.
- 8- Vieira PR, Garcia LP, Maciel ELN. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? *Rev bras epidemiol.* 2020;23:e200033. doi: 10.1590/1980-549720200033.
- 9- Ministério da Saúde (BR). Agenda de Prioridades de Pesquisa do Ministério da Saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2018.
- 10- Nações Unidas. Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015. Nova York: Nações Unidas; 2015.
- 11- Polit DF. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem. 9. ed. Porto Alegre: Artmed; 2019.
- 12- Dias LB, Prates LA, Cremonese L. Perfil, fatores de risco e prevalência da violência contra a mulher. *Sanare.* 2021;20(1):102-14. doi: 10.36925/sanare.v20i1.1555.
- 14- Morgado R. Separação: Riscos e Feminicídio in Saberes plurais : produção acadêmica em sociedade, cultura e serviço social. Rio de Janeiro; 2020. p 266.

13- Bezerra AR, Rodrigues ZMR. Violência contra mulheres: o perfil da vítima e do agressor em São Luís - MA. Rev dep geog. 2021;41(1):e176806. doi: 10.11606/eISSN.2236-2878.rdg.2021.176806.

15- Santos MO. Reescrevendo a história: imigrantes italianos, colonos alemães, portugueses e a população brasileira no sul do Brasil. TempArg. 2017;9(20):230-46 [citado 2022 jan 24]. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017230>.

16- Silveira R, Rosa R, Fogaça G, Santos L, Nardi H, Alves M, Bairros F. Reflexões sobre a coleta do quesito raça/cor na Atenção Básica (SUS) no Sul do Brasil. Saúde Soc. 2021;30(2):e200414. doi: 10.1590/S0104-12902021200414.

17- Santos BM, Alves JS. A evolução da mulher no mercado de trabalho: comparação entre ontem e hoje. FABE em rev. 2016;8:1-12 [citado em 2022 jan 10]. Disponível em: <http://www.fabeemrevista.com.br/8/integra/03.pdf>.

18- Souza MB, Silva MFS. Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura brasileira. Pensando fam. 2019;23(1):153-66 [citado em 2022 jan 10]. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v23n1/v23n1a12.pdf>.

19- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2021 [citado 2022 jan 20]. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>

20- Machado DF, Almeida MAS, Dias A, Bernardes JM, Castanheira ERL. Violência contra a mulher: o que acontece quando a Delegacia de Defesa da Mulher está fechada? Cien Saude Colet. 2020;25(2):483-94. doi: 10.1590/1413-81232020252.14092018.

21- Aguiar IR, Aguiar CT, Neto ALB, Filho EAS, Almeida DAL. Violência contra a mulher: estupro marital sobre a análise jurídica. Braz J of Dev. 2021;7(1):102590-609. doi:10.34117/bjdv7n061.

22- Goes EDA. A vergonha social e o medo: obstáculos para a superação da violência doméstica contra a mulher. Braz J of Dev. 2019;11. doi: 10.34117/bjdv5n11-069.

23- Ventura HFA. A retratação penal na Lei Maria da Penha [Trabalho de Conclusão de Curso]. Brasília (DF): Centro Universitário de Brasília; 2010.

24- Bueno RM, Boiko JG, Bagatin TS. Possibilidades e limites na intervenção com homens autores de violência doméstica. Rev relicário. 2020;7(14):58-70. doi: 10.46731/RELICARIO-v7n14-2020-170